

ORGANIZAÇÕES DA CAP REELEGEM ÁLVARO MENDONÇA E MOURA



Tomaram posse no dia 15 de maio os Órgãos Sociais da Confederação dos Agricultores de Portugal, eleitos para o triénio 2026-2029. A lista A venceu com 96% dos votos das Organizações de Agricultores, reforçando o resultado alcançado no mandato anterior e traduzindo um forte sinal de unidade e confiança no trabalho desenvolvido pela atual liderança. Álvaro Mendonça e Moura foi reconduzido na presidência da Direção, órgão renovado em mais de metade dos seus membros, sinal de rejuvenescimento e reforço da representatividade setorial e territorial da CAP. Após serem conhecidos os resultados, Mendonça e Moura agradeceu a confiança das filiadas e reiterou o seu compromisso na defesa intransigente do sector junto dos decisores políticos nacionais e europeus. "Tem sido uma honra exercer a Presidência da CAP durante um período particularmente simbólico da vida da Confederação, marcado pela celebração dos seus 50 anos de história ao serviço da Agricultura Portuguesa. Ser reeleito neste ano comemorativo reforça ainda mais essa responsabilidade e o compromisso de continuar a defender o setor agrícola nacional num contexto particularmente exigente, marcado pelos desafios da competitividade, da sustentabilidade, da gestão da água, da atração de mão-de-obra, da valorização da produção nacional e da necessidade de assegurar condições para o futuro das novas gerações de Agricultores. A CAP continuará a afirmar-se como uma voz representativa, construtiva e firme na defesa da Agricultura e do mundo rural, em Portugal e na Europa", declarou.

Na presidência dos três Órgãos Sociais, para além de Álvaro Mendonça, foram também eleitos Jorge Rita, da Federação Agrícola dos Açores, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e Luís Mesquita Dias, da AHSA – Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur, como Presidente do Conselho Fiscal. Os novos Órgãos Sociais da CAP integram representantes de organizações agrícolas, florestais, cooperativas e associações setoriais de todo o país.

Conheça a lista completa dos membros na página 3.

ÍNDICE

- Conferência 'Ser Jovem Agricultor em Portugal'
- Apoio a investimentos em eficiência energética
- Órgãos Sociais da CAP eleitos
- Promoção de vinhos nacionais em países terceiros
- Kristin - Apoios em todo o território
- APA levanta restrições ao licenciamento
- São Miguel volta a celebrar a Agricultura na Escola
- Portugal Sou Eu - Agricultor

DITO & ESCRITO

"[Em Leiria está já] o comando integrado de operações com mais de 1500 operacionais no terreno, fizeram-se contratos com 26 municípios [para limpeza de terrenos], fez-se a desobstrução de mais de 15 mil quilómetros da rede viária."

Luís Montenegro, Primeiro-ministro
Debate Quinzenal
Assembleia da República, 27/05/2026

"Para combater essa fatalidade da desgraça temos de trabalhar proativamente, com antecipação, numa floresta limpa, organizada, que cria emprego, riqueza e coesão territorial. Uma floresta cuidada e organizada é o melhor antídoto para os grandes incêndios."

Luís Neves, Ministro da Administração Interna
Debate na Navigator Company
Figueira da Foz, 21/05/2026

"Sem fertilizantes acessíveis e disponíveis não haverá segurança alimentar nem competitividade agrícola na União Europeia. Desafios europeus exigem respostas europeias."

José Manuel Fernandes, Ministro da Agricultura
Agrifish, 26/05/2026

"A APA vai entrar num processo de reestruturação, modernização e agilização dos procedimentos e de uma reforma da forma de se organizar internamente."

Maria da Graça Carvalho, Ministra do Ambiente
Comissão parlamentar de Ambiente e Energia
Assembleia da República, 06/05/2026

CRISE NOS FERTILIZANTES E COMBUSTÍVEIS CAP EXIGE RESPOSTA EUROPEIA, MAS TAMBÉM NACIONAL

Presente na ação de protesto organizada pelo Copa-Cogeca no dia 19 de maio, junto ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, para alertar para o impacto insustentável do aumento dos custos dos fertilizantes, combustíveis e energia, a CAP exigiu respostas à União Europeia, mas também denunciou a inércia do Governo português.
(Continua na Página 3)

FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA PORTAS ABERTAS ENTRE 6 E 14 DE JUNHO

Os Pequenos Frutos são os protagonistas da Feira Nacional de Agricultura deste ano.

Mirtilos, framboesas, morangos, amoras vão estar em destaque pela sua relevância na agricultura nacional, onde representam um dos setores mais dinâmicos da última década, com 398 milhões de euros em exportações em 2025.

De elevado valor económico, a produção de pequenos frutos em Portugal é hoje uma referência no mercado internacional, onde tem registado aumentos expressivos nas exportações, sobretudo de mirtilos e framboesas, com destino a países da União Europeia (Espanha, França, Países Baixos e Alemanha), Reino Unido e até alguns países do Médio Oriente. Dados da Portugal Fresh indicam que, em 2025, o valor das exportações de framboesas atingiu cerca de 258 milhões de euros, enquanto as exportações de mirtilos chegaram aos 53 milhões.

Portugal possui condições muito favoráveis para estas culturas que se distribuem pela região Oeste e Ribatejo, particularmente os morangos, enquanto mirtilos e framboesas são uma aposta interessante nas Beiras e no Norte do país. Contudo, a concentração da produção encontra-se, sobretudo, no sudoeste alentejano onde beneficia de condições climáticas que asseguram uma produção de framboesas e amoras durante todo o ano, facto determinante para a expansão da fileira e uma vantagem competitiva para o país. A FNA 26 agendou um conjunto de iniciativas dedicadas aos Pequenos Frutos que pode conhecer na consulta ao programa da Feira em: cnema.pt/FNA/2026/FNA26-PROGRAMA-GERAL-FNA26.pdf



APOIO A INVESTIMENTOS EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CANDIDATURAS ENTRE 2 E 30 DE JUNHO

Mais de cinco meses passados, foi publicado, e republicado o Aviso de Abertura de Concurso para apresentação de candidaturas ao “Regime de apoio à realização de investimentos em equipamentos e infraestruturas na área da eficiência energética, produção e armazenamento de energia para o setor agrícola”. O regime tem uma dotação orçamental de 15 milhões de euros, o financiamento do Fundo Ambiental e a operacionalização do IFAP. Anunciado pelo Governo a 31 de dezembro de 2025, teve uma primeira publicação em 30 de abril, e uma 1ª republicação a 22 de maio, na qual se altera o prazo para apresentação de candidatura e alterações ao nível das despesas elegíveis. O formulário está disponível em www.ifap.pt

PRAZO PARA CANDIDATURAS: 2 de Junho (10h00) a 30 de Junho (18h00)

PRAZO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO INVESTIMENTO: as despesas não podem ser anteriores à submissão da candidatura e o prazo limite para execução do investimento é de 18 meses após a submissão do formulário.

BENEFICIÁRIOS POR TIPOLOGIA:

- 7, 5 milhões de euros para os beneficiários da tipologia - “**Associações de Regantes**”, especificamente, entidades reconhecidas ao abrigo do Decreto-Regulamentar nº84/82;
- 3, 75 milhões de euros para os beneficiários da tipologia - “**Produtores de Leite**”, especificamente, para produtores que possuam REAP devidamente registado para essa atividade, em regime de produção intensiva e que, a 30 de abril de 2026, sejam detentores de efetivo leiteiro registado no SNIRA;
- 3, 75 milhões de euros para os beneficiários da tipologia - “**Produtores Agrícolas e Agropecuários**”, especificamente, para produtores que relativamente ao ano de 2025 possuam compromissos ativos no âmbito da Intervenção Uso Eficiente da Água.



FORMA DO APOIO:

Subvenção não reembolsável, para aquisição e instalação das seguintes tipologias de equipamento:

- **Auditoria e Certificação de Eficiência Energética** – custo destinado a financiar a contratação de serviços de auditoria e de certificação, custo fixo por projeto;
- **Instalação de Painéis Fotovoltaicos** – visa dotar o beneficiário de unidades de produção autónoma de energia, até ao limite das respetivas necessidades de autoconsumo. Podendo instalar baterias, para efeitos de capacitação de autonomia energética, nos períodos em que não existe produção de energia;
- **Instalação de Baterias** – nas instalações com painéis solares já instalados, dotando com a necessária autonomia de disponibilidade de energia, para os períodos em que não existe produção;
- **Sistemas de climatização** – visa a instalação de sistemas de climatização e aquecimento de águas sanitárias, com elevada eficiência energética, seja para substituição de existentes, como para instalação, custo fixo por instalação;
- **Sistemas de aquecimento solar**, em complemento a sistemas aquecimento, custo fixo por instalação;
- **Instalação de janelas eficientes** – substituição de janelas existentes, por sistemas termicamente mais eficazes, permitindo reduzir os consumos de climatização das instalações;
- **Iluminação** – aquisição e instalação de iluminação led;
- **Aplicação de isolamento térmico** – aplicação de isolamento térmico em coberturas e paredes, em contacto com o exterior. Fica excluído deste apoio, a aquisição e instalação de painéis para câmaras frigoríficas, ou espaços de preparação com controlo de temperatura;
- **Baterias de Condensadores** – instalação de baterias de condensadores, corrigindo o fator de potência, ajustando a produção da energia reativa necessária para funcionamento dos equipamentos;
- **Variador de Velocidade** – instalação de variadores de velocidade em bombas e motores, por forma a capacitar as instalações com sistemas adequados às necessidades reais, evitando picos de consumo, no arranque, e ajustar consumo face às necessidades do caudal de rega em cada instante.

ENQUADRAMENTO EM TERMOS DE AUXÍLIOS DE ESTADO: Regime de minimis, pelo que o limite máximo de apoio é de 50 mil euros para os Produtores Leite, Produtores Agrícolas e Agropecuários e 300 mil euros para as Associações de Regantes.

Nota: A CAP solicitou ao ministro da Agricultura que o acesso ao apoio por parte de “produtores agrícolas e agropecuários” não se cinja a produtores que possuam compromissos ativos no âmbito da Intervenção Uso Eficiente da Água e que estes produtores possam beneficiar de apoio para despesas com instalações, tal como beneficiam os restantes candidatos, mas sobre estes pedidos não temos indicação de alteração até ao momento.

“SER JOVEM AGRICULTOR EM PORTUGAL”

CONFERÊNCIA

A CAP organiza no dia 8 de junho, integrada no programa da Feira Nacional da Agricultura, a Conferência “Ser Jovem Agricultor em Portugal”, com o apoio da APED, Bayer, Caja Rural del Sur e Syngenta. A iniciativa propõe um momento de reflexão sobre o futuro do setor agrícola nacional, colocando no centro do debate a renovação geracional — um dos desafios mais estruturais da agricultura portuguesa, a partir da apresentação do estudo “Sucesso na instalação dos jovens agricultores em Portugal nos últimos 15 anos”, realizado pela Consulai a pedido da CAP, que oferece uma análise aprofundada da evolução das políticas públicas e dos resultados alcançados neste período. O estudo pretende compreender o percurso realizado, mas sobretudo avaliar a eficácia das medidas implementadas, identificar constrangimentos e definir caminhos concretos que permitam atrair e fixar mais jovens na agricultura.

A Conferência inclui o debate: “O objetivo da renovação geracional nos últimos 15 anos foi alcançado?” com a presença dos antigos ministros da Agricultura: Capoulas Santos (nos XIII, XIV, XXI Governos) e António Serrano (no XVIII Governo), e do secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque (no XIX e XX Governos), mas também dos eurodeputados Paulo do Nascimento Cabral e Sebastião Bugalho. Este debate será complementado por uma reflexão europeia sobre oportunidades e desafios para os jovens na Europa, reforçando a ligação entre as políticas nacionais e o enquadramento europeu.

A Conferência será ainda palco para a entrega do Prémio “Melhor Jovem Agricultor 2026”, distinguindo um exemplo de excelência no setor. O vencedor representará Portugal no Congresso Europeu de Jovens Agricultores, a realizar-se no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no dia 18 de novembro de 2026.



CRISE NOS FERTILIZANTES E COMBUSTÍVEIS (continuação)

"Crise nos fertilizantes e nos combustíveis hoje, crise alimentar amanhã" foi o lema da ação de protesto que levou as principais organizações agrícolas europeias a Estrasburgo para chamar a atenção para a situação crítica que o setor atravessa, marcada por um aumento sem precedentes dos custos de produção, em particular nos fertilizantes, combustíveis e energia.

Os agricultores europeus reivindicam medidas de apoio, nomeadamente a suspensão do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (Carbon Border Adjustment Mechanism - CBAM), política europeia que taxa produtos importados com base nas emissões de carbono, nomeadamente fertilizantes.

Em Estrasburgo, o Secretário-Geral da CAP exigiu medidas concretas, urgentes e eficazes de apoio ao setor, sublinhando que o atual nível dos custos ameaça competitividade da agricultura europeia e coloca em risco a segurança alimentar dos cidadãos. Luís Mira lembrou que Portugal é um dos países da União Europeia com menos medidas concretas a serem efetivamente aplicadas (ao contrário de Espanha, França e Itália), o que está a penalizar seriamente a produção nacional. *"Os agricultores continuam confrontados com anúncios sucessivos, promessas repetidas e ausência de respostas concretas por parte do Governo. É inaceitável que sejam obrigados a competir em clara desigualdade dentro do mercado europeu por falta de vontade política do Governo português em apoiar a agricultura", afirmou na ocasião. Tratados como "agricultores de segunda dentro da União Europeia" porque Portugal não protege "a sua produção, os seus agricultores e as suas economias rurais", a agricultura nacional continua sem respostas à altura da gravidade da situação, "e precisa delas agora", declarou.*



ÓRGÃOS SOCIAIS DA CAP TRIÉNIO 2026–2029 – MEMBROS EFETIVOS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente > Jorge Alberto Serpa da Costa Rita > Federação Agrícola dos Açores

Vice-Presidente > Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho > AADP - Assoc. dos Agric. do Distrito de Portalegre

Secretário Efetivo > Manuel António da Costa e Silva > HORPOZIM - Associação Empresarial Hortícola

DIREÇÃO

Presidente > Álvaro José Costa de Mendonça e Moura > AMÊNDOACOOOP - Cooperativa dos Produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo

Vice-Presidente > Domingos Joaquim Filipe dos Santos > FNOP - Federação Nacional das Organizações de Produtores Frutas e Hortícolas

Vice-Presidente > Francisco Manuel Aguiã de Sousa Ataíde Pavão > APPITAD - Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro

Vice-Presidente > Gonçalo António Pereira de Araújo Santos Andrade > PORTUGAL FRESH - Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal

Vice-Presidente > Joaquim Manuel Damásio Capoulas > APORMOR - Associação de Produtores do Mundo Rural da Região de Montemor-o-Novo

Vice-Presidente > José Manuel Garcia Duarte > Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos C.R.L.

Vice-Presidente > Pedro Miguel Branco Salgado Pimenta > ANPROMIS - Assoc. Nac. dos Prod. de Milho e Sorgo

Vogal > Afonso Cavaleiro de Ferreira Bulhão Martins > Associação de Beneficiários do Lucefecit

Vogal > António Luis Marques > AFLODOUNORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte

Vogal > Bruno Alexandre da Silva Marques > Cooperativa Agrícola da Tocha, C.R.L.

Vogal > Carlos Luís Nunes da Silva Sequeira Lopes > ATEVA - Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo

Vogal > Carlos Manuel Figueiredo Neves > Associação de Agricultores do Concelho de Vila do Conde

Vogal > José Macário Custódio Correia > Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio

Vogal > José Vasco Amaral Lencastre de Campos > CAULE - Associação Florestal da Beira Serra

Vogal > Manuel Nuno Pereira de Sousa > Centro de Gestão de Empresa Agrícola do Barroso

Vogal > Paulo Jorge Teixeira Figueiredo Mota > FEPASA - Federação Portuguesa das Associações Avícolas

Vogal > Rita Tavares da Silva Bonacho > UNAC - União da Floresta Mediterrânica

CONSELHO FISCAL

Presidente > Luis Mesquita Dias > AHSa - Assoc. dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Conc. de Odemira e Aljezur

Membro Efetivo > Henrique Nuno Pereira Damásio > Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis

Membro Efetivo > Sérgio Dionísio Costa Ferreira > AIHO - Associação Interprofissional de Horticultura do Oeste

ÓRGÃOS SOCIAIS SUPLENTE

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL | Secretário Suplente

Pedro Maria da Fonseca Tavares Barata Batista > Assoc. dos Agric. do Concelho de Coruche e Vale do Sorraia

DIREÇÃO | Vogais Suplentes

Amadeu Manuel Fernandes > ADS Bragança (Assoc. de Criadores de Gado de Bragança - Agrup. de Defesa Sanitária)

António José de Carvalho Caroço > Cooperativa Agrícola de Sobral de Monte Agraço CRL

Carlos Manuel Cunha de Jesus Adão > ANPM (Associação Nacional de Produtores de Mirtilo)

Eduardo Jorge Jordão de Sousa > Associação Agrícola de São Miguel

Fátima Rosana Batista Mendonça > Assoc. dos Jovens Agricultores da Madeira e do Porto Santo (AJAMPS)

Gonçalo Filipe Rodrigues Baptista > APPIZÉRE - Assoc. de Produção e Proteção Integrada do Zêzere

José Ezequiel Bouça > AIDA (Assoc. Interprofiss. para Desenvolvimento de Produção e Valorização da Alfarroba)

José Maria Azevedo Maia > Associação dos Agricultores de Vila do Conde

Manuel Joaquim Miranda Gonçalves > FNAP (Federação Nacional Dos Apicultores de Portugal)

Rafael Nabais Pedrico > ACRISABUGAL (Assoc. de Criad. de Ruminantes e Prod. Florestais do Concelho do Sabugal)

CONSELHO FISCAL | Membro Suplente

Paulo Jorge de Lemos Amaral > Centro de Gestão da Empresa Agrícola Entre Douro e Côa



VINHOS PORTUGUESES APOIO À PROMOÇÃO EM PAÍSES TERCEIROS

Foi publicado o Aviso de Abertura do Concurso n.º 1/2026, no âmbito da intervenção de Apoio à Promoção e Comunicação nos Países Terceiros, que visa apoiar ações de promoção de vinhos portugueses (DO, IG e Indicação de Casta) em mercados internacionais ao longo de 2026.

PRAZO PARA CANDIDATURAS:

18 de Maio a 18 de Junho de 2026 (17h00)

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL: 13 milhões de euros

BENEFICIÁRIOS: Entidades previstas no artigo 3.º da Portaria n.º 54-H/2023 de 27 de fevereiro, na sua redação actual:

- Associações e organizações profissionais do setor do vinho;
- Empresas, grupos de empresas ou associações destas, de qualquer natureza e forma jurídica, desde que relacionadas com o setor do vinho;
- Organizações interprofissionais do setor do vinho;
- Organizações de produtores reconhecidas no setor do vinho;
- Organismos públicos diretamente relacionados com o setor do vinho, nos termos da regulamentação europeia aplicável.

MERCADOS DE PAÍSES TERCEIROS:

São aceites todos os mercados de países terceiros, sendo considerados prioritários, para a execução das candidaturas de promoção, os constantes no presente Aviso de Abertura.

PERÍODO DE EXECUÇÃO MATERIAL:

12 meses, com início a 1 de janeiro de 2026 e fim a 31 de dezembro de 2026.

TAXA DO APOIO

O nível de apoio da União é de 60% da despesa elegível.

VALOR MÍNIMO DE INVESTIMENTO:

• As candidaturas submetidas a concurso têm de ter um valor mínimo de investimento de 10.000,00 euros (a que corresponde uma candidatura aprovada de no mínimo de 6.000,00 euros de apoio da União).



A Agricert é uma empresa portuguesa que atua como um Organismo Privado de Controlo e Certificação de produtos agrícolas e agroalimentares, funcionando, simultaneamente, como uma entidade formadora certificada.

A sua principal missão é garantir aos consumidores alimentos seguros e devidamente controlados, promovendo a agricultura sustentável. A Agricert avalia e atesta várias normas de qualidade, como o modo de produção biológico, produção integrada e produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). Fundada em 2000 e sediada em Elvas, no Alentejo, a sua história começou ligada à região, com a certificação dos derivados de porco alentejano, como os presunto. Com o tempo, a sua atividade cresceu para incluir a certificação de outros produtos icónicos, como o Queijo de Nisa DOP ou as Ameixas d'Elvas DOP.

Atualmente, com mais de 25 anos de experiência, a Agricert actua em mais de 30 países, onde presta serviços de certificação em diversas fileiras fundamentais, como a olivicultura, vitivinicultura, horto-frutícolas, cereais e produção animal.

www.agricert.pt | [Facebook](#) | [Instagram](#)

TEMPESTADE KRISTIN MEDIDAS DE APOIO ALARGADAS A TODO O TERRITÓRIO

Através do Decreto-Lei n.º 79-A/2026, de 20 de março, cuja operacionalização se encontra regulamentada pela Portaria n.º 181/2026/1, de 21 de abril, o Governo procedeu ao alargamento, a todo o território nacional, dos apoios criados na sequência das tempestades que afetaram Portugal no início de 2026, com especial impacto no setor agrícola.

Nos termos do referido regime, os apoios deixam de estar limitados aos municípios inicialmente abrangidos por situações de calamidade, passando a estar acessíveis em todo o território nacional, mediante verificação dos prejuízos declarados.

Para o efeito, deverá submeter a sua candidatura nas seguintes plataformas:

[CCDR Algarve](#) | [CCDR Alentejo](#) | [CCDR Lisboa e Vale do Tejo](#) | [CCDR Centro](#) | [CCDR Norte](#)

SÃO MIGUEL BATE RECORDE: 3200 CRIANÇAS PARTICIPAM NO DIA DA AGRICULTURA NA ESCOLA



A CAP associou-se, mais uma vez, à Associação Agrícola de São Miguel para celebrar o Dia Nacional da Agricultura na Escola, uma iniciativa em grande escala que reuniu mais de 3 mil crianças de diversas escolas da ilha de São Miguel para partilhar de uma experiência enriquecedora de aproximação ao mundo rural fora do contexto tradicional da sala de aula.

Com o apoio do Governo Regional dos Açores e a colaboração de várias entidades públicas e privadas da região, foi possível transformar o dia 27 de maio num dia festivo e pedagógico, que será uma memória inesquecível para os três mil alunos do ensino básico que tiveram a oportunidade de estar perto dos animais da quinta e participar em atividades educativas, interativas e lúdicas, concebidas para a sua faixa etária.

Este evento anual, há anos apadrinhado pela Associação Agrícola de São Miguel, pretende quebrar barreiras entre o meio urbano e o meio rural, e também incentivar uma maior proximidade e empatia entre a comunidade escolar e o quotidiano dos produtores agrícolas da região.

Ao mostrar às novas gerações a importância da atividade agrícola na economia dos Açores, bem como o seu papel na sustentabilidade e preservação do território e da paisagem açoriana, a Associação reforça, a cada ano, o seu compromisso com o futuro.

APA LEVANTA RESTRIÇÕES AO LICENCIAMENTO EM MASSAS DE ÁGUA

A Agência Portuguesa do Ambiente procedeu, no início de maio, ao levantamento adicional de restrições de licenciamento em diversas massas de água subterrânea, na sequência da análise dos dados de monitorização relativos a abril de 2026. Os resultados obtidos em 313 pontos de observação, distribuídos por 54 massas de água subterrânea, indicam que a maioria apresenta níveis próximos ou acima da média histórica.

O levantamento abrangeu a massa de água de Moura-Ficalho, na Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), e todas as massas de água do Algarve, na Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), com exceção da Campina de Faro – Subsistema de Vale de Lobo e da «área crítica para extração de água subterrânea», correspondente à faixa costeira destinada à prevenção da intrusão salina. A monitorização permite ainda prosseguir o levantamento gradual de restrições noutras massas de água, designadamente na Bacia do Tejo-Sado (Margem Esquerda).

A APA sublinha, contudo, que a recuperação observada não é homogênea nem estrutural, persistindo situações de elevada vulnerabilidade. Nesse sentido, tanto os requerimentos pendentes como os novos requerimentos que vierem a ser submetidos continuarão sujeitos a análise rigorosa, em função das condições de cada massa de água e da eficiência da utilização proposta. Os Títulos de Utilização de Recursos Hídricos a emitir destinam-se exclusivamente a fins agrícolas e industriais, ficando condicionados:

- à demonstração da inexistência de outras origens de água;
- ao controlo dos volumes captados com reporte automático;
- à instalação de sensores de nível com teletransmissão, em local a definir.

Os volumes autorizados poderão ser revistos sempre que os níveis do aquífero o justifiquem, ao abrigo do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, podendo as captações ser temporariamente suspensas em situações críticas.

